

Credor vê dificuldade na ampliação da linha

por Ângela Bittencourt
de São Paulo

A intenção do governo brasileiro de tentar romper a resistência dos banqueiros credores em conceder "dinheiro novo" na fase 3 de negociação da dívida externa — que se inicia no próximo dia 5 em Nova York —, tentando um aumento nos créditos comerciais poderá esbarrar em um sério obstáculo: a má utilização da linha assegurada pelo Eximbank norte-americano para a compra de produtos daquele país. O Eximbank garante a cobertura de US\$ 1,5 bilhão, mas os recursos efetivamente utilizados não devem ultrapassar US\$ 20 milhões, segundo estimativa do principal executivo de um dos maiores bancos credores do Brasil.

O executivo revelou ontem a este jornal que existe certa resistência dos bancos internacionais em conceder linhas adicionais de crédito comercial (que na última negociação externa, a chamada "fase 2" estavam reunidas no "Projeto 3", somando US\$ 10 bilhões), na medida em que os recursos do Eximbank não estão sendo utilizados pelos importadores.

"A justificativa que par-

te de todos os lados para a baixa demanda por esse crédito é de que seu custo é muito elevado, mas boa parte desse custo é fixada pelo próprio Banco Central. A consequência é que os importadores preferem recorrer aos recursos do Projeto 3 para contratar suas operações", diz o executivo.

Do ponto de vista de um banco estrangeiro existe uma forte necessidade de rever o custo da linha do Eximbank, pois de certa forma a rejeição desses recursos acaba tendo um reflexo bastante negativo na negociação como um todo, no entender do executivo. Segundo ele, os bancos credores preferem articular qualquer negociação tendo como parceiros organismos como o Eximbank ou o Banco Mundial, que reforçam o grau de confiança no País.

A indefinição que cerca a linha do Eximbank tem sido interpretada como uma indicação de que o próprio governo brasileiro não tem muito interesse em baratear o custo, pois na óptica do governo, o custo seria elevado, considerando o volume de saída de divisas, que seria inevitável com a plena utilização do crédito de US\$ 1,5 bilhão.